

ENSINO DE HISTÓRIA: TEORIA E PRÁTICA

Janice Correa da Silva**
Danilo de Sousa Cezário***
Maria Lucinete Fortunato*
UACS/CFP/UFCG

** Monitora de Teoria do Ensino de História

*** Monitor de Teoria da História I

* Professora/Orientador da disciplina Teoria da História I e Teoria do Ensino da História

O presente trabalho pretende discutir o ensino de História no Brasil e as implicações políticas e epistemológicas que o envolve, bem como a influência das escolas históricas no ensino desta mesma disciplina.

Abordamos este tema, tomando por base a nossa prática na monitoria das disciplinas “Teoria da História I” e “Teoria do Ensino de História” e em virtude da necessidade de problematizar e apreender as transformações pelas quais o saber histórico e conseqüentemente o ensino de história vem passando nos últimos anos.

Dessa forma questionamos: de que forma se caracterizou o ensino de história no Brasil a partir do surgimento da disciplina de História no século XIX? Quais as transformações pelas quais passou o ensino de História a partir da influencia das escolas históricas? Qual o debate que permeia as discussões acerca do ensino de História na nossa contemporaneidade?

Para compreender tais questionamentos, necessário se faz delimitar as três grandes “escolas históricas”, que embasaram a crença na cientificidade e na recusa da filosofia da história: o Positivismo, o Marxismo e a Escola dos Annales.

Foi no século XIX que a história surgiu no Brasil como uma disciplina autônoma, marcada profundamente pelas idéias positivistas desenvolvidas na França por Augusto Comte, para quem a constituição dos conhecimentos sociais deveria se fundamentar nas características apresentadas pelas Ciências Naturais, uma vez que a sociedade era regida pelas mesmas leis que regem a natureza. De acordo com Faustino & Gasparin,

Através do uso de métodos de investigação, como a observação, experimentação, dedução e comparação, a ciência se apresenta, nesse período, como um instrumento capaz de desvendar, explicar e resolver os problemas enfrentados pela humanidade. Para tanto, fazia-se necessário descobrir, através de pressupostos científicos, as leis ou postulados que regiam o mundo, para que a realidade pudesse se tornar inteligível (FAUSTINO & GASPARIN, 2001, p. 158).

De acordo com os princípios defendidos pela “Escola Metódica”, dita “Positivista”, acreditava-se reviver o passado tal como ele aconteceu, através de um método por meio do qual o historiador iria ao passado e faria com que se construísse um conhecimento real e objetivo. Porém, esta volta ao passado não serviria para julgá-lo, mas, para ressuscitá-lo, visto que a ciência histórica deveria ser completamente neutra e imparcial. Assim, a reconstrução do passado tal como ocorreu se dava pelas buscas incansáveis de documentos oficiais, cuja veracidade pudesse ser comprovada.

Nesta perspectiva, o conhecimento histórico deveria se constituir de forma objetiva e neutra, de modo que os pontos de vista do pesquisador não deveriam aparecer na narrativa histórica. Tinha-se então um conhecimento dito científico e uma história

I Encontro de iniciação à prática docente

considerada universal, uma vez que a mesma objetivava apresentar um passado comum a todos os homens tal como acontecera, assim como um futuro que levaria à redenção e à felicidade de todos os povos por meio da crença na razão, na ordem e por fim no progresso da humanidade.

Influenciada pelo positivismo, a História, no século XIX, se apega, pois, aos métodos científicos, deixando de lado a filosofia. Este deslocamento possibilita à História a adoção de um método de estudo próprio e ocasiona um fortalecimento do método empírico.

A partir dessas concepções, constituiu-se um saber histórico que privilegiava abordagens onde eram enfatizados os grandes feitos daqueles que eram tidos como heróis. Eram, portanto narrados os eventos onde os fatos políticos eram exaltados bem como as proezas das elites. Tais características se faziam visíveis no ensino de história no Brasil, onde, desde o século XIX nos deparávamos com um tipo de ensino em que eram apresentadas somente narrativas que exaltavam a elite política detentora do poder, nas quais eram os grandes homens que estavam em cena.

De acordo com Faustino & Gasparin (2001),

O ideal presente no ensino era o do progresso contínuo, aprendido através do estudo dos fatos representado pela linearidade e superposição constante dos acontecimentos, demonstrando assim que o curso da história é sempre ininterrupto e gradual. No estudo da História o aluno deveria memorizar os acontecimentos passados – da sociedade civilizada – para que nunca se esquecesse do ônus pago por seus ancestrais, para que o mundo pudesse se modernizar e progredir. (FAUSTINO & GASPAREN, 2001, p.165)

Fica evidente, por meio do trecho acima, que o ensino de história, na temporalidade que estamos discutindo, cultuava os heróis de forma exagerada. Era uma história eurocêntrica de caráter elitista e ideológico que pregava o respeito às tradições. Como se pode imaginar os conteúdos predominantes apresentavam todos estes aspectos, e objetivavam formar os juízos de valor e o patriotismo que eram necessários à constituição da identidade nacional.

No que diz respeito aos métodos de ensino, predominava a memorização, a repetição oral e escrita dos conteúdos e avaliava-se o aluno através da quantidade de informações que o mesmo era capaz de acumular. O papel do aluno era o de assimilar os conteúdos que lhe eram transmitidos, sem refletir sobre os mesmos, assumindo, portanto, uma postura de passividade no processo de ensino-aprendizagem. Saber História naquela temporalidade era simplesmente ter conhecimento das grandes nações, dos seus heróis, das capitais da língua, da economia, da política das datas comemorativas. Percebe-se, assim, que o processo de ensino-aprendizagem da História se baseava na exposição leitura e memorização.

Portanto, no Brasil, durante a Monarquia e a República foi produzida uma história que propunha a construção da identidade brasileira, por meio do amor à pátria e à nação. A partir de 1929, o interesse na educação voltou-se para formar cidadãos político-militares sem a preocupação de que os mesmos tivessem conhecimento de uma “história de si próprio”.

Na década de 1930, momento em que ocorre o fortalecimento do poder central do Estado e do controle sobre o ensino, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, e o ensino passa a ser universalizado em todo o país.

Durante os anos 1950 e 1960 novas expectativas foram estabelecidas em relação ao ensino de história, sob a influência de historiadores estrangeiros na composição dos

I Encontro de iniciação à prática docente

conteúdos. Já nos anos 1970, com a instituição pela Lei 5.692 do ensino de Estudos Sociais, os estudos históricos foram fragmentados e reiterou-se o modelo memorístico.

(...) o ensino de história centrou-se na concepção de que o desenvolvimento histórico e resultante de um progresso natural, desdobrando-se numa sucessão de fatos explicados para uma relação lógica de causas e efeitos, cujos atores são sempre os grandes nomes da história política”. (SIQUEIRA, s/d, p. 3).

De acordo com Fonseca (2004, p. 59), só no final dos anos 70 do século XX, o modelo de ensino de história foi posto em questão e foi reivindicada uma redefinição, o que foi propiciado devido a maior flexibilidade do regime militar e às possibilidades de repensar o que se denominava de realidade brasileira.

É nos anos 1980 que ocorre de fato uma mudança paradigmática sob a inferência do marxismo e da escola dos Annales nas propostas curriculares para o ensino de história.

Entre os anos 80 e 90, a matriz marxista passa a se fazer presente em propostas curriculares e a produção do conhecimento histórico sofre algumas transformações. Questiona-se a história oficial ou dos vencedores, propõe-se o materialismo histórico como base teórica, buscando-se escutar a voz das classes subalternas, proporcionando o surgimento de outros sujeitos históricos com base na compreensão de que o motor da história seria a “luta de classes”.

Nesta perspectiva era proposto um estudo da história por meio da análise dos modos de produção, e da compreensão de que a economia explicava, em última instância, os processos históricos. Essas características passam a fazer parte de inúmeras produções e muitos livros didáticos que se apropriaram desta forma de pensar o saber histórico passam a circular.

Com uma grande especulação sobre o movimento das sociedades, Marx afirma a existência de três fatores que interagem na explicação do “real”. O primeiro fator era composto pelas forças produtivas, seguido das classes sociais e por fim o modo de produção, que era caracterizado pelas forças produtivas e pelas relações de produção. Assim, passa-se a ter a

“valorização dos homens como sujeitos que fazem a história; neste sentido, o ensino deve garantir o respeito às múltiplas formas de ser social como portadoras de significação e identidade, concebendo o aluno como agente do processo de construção da vida e da história” (CAIMI, 2001, p. 182)..

Buscava-se, então, recuperar o aluno enquanto sujeito da história e não simplesmente como o expectador de uma história já determinada.

Mas, vale destacar que a partir do final dos anos 1980 o movimento dos Annales também proporcionou mudanças profundas na produção historiográfica brasileira alterando um conceito básico da disciplina: o tempo.

Diferentemente do conceito de tempo predominante até então, onde o mesmo era pensado de forma linear, contínua e progressiva, a compreensão de tempo para os historiadores dos Annales dava ênfase ao repetitivo, ao cíclico, ao simultâneo. Outra característica das produções dos Annales era uma preocupação com o cotidiano e com os variados aspectos da vida humana.

A partir desta compreensão, ocorre a multiplicação dos objetos de estudo e das fontes e abordagens a serem utilizadas, proporcionando ao pesquisador uma diversificação no fazer historiográfico, tornando-se nítidas inúmeras possibilidades no

I Encontro de iniciação à prática docente

empreendimento de uma pesquisa histórica. Em se tratando da utilização de fontes diversas, observava-se, agora, o uso de textos literários, imagens, informações estatísticas, relatos orais, entre outros.

Na compreensão dos historiadores adeptos dos paradigmas historiográficos da chamada “Nova História” a realidade é culturalmente constituída, assim o real recebe múltiplos tratamentos sendo “possível pensar os significados simbólicos dos grupos sociais e retomar fontes outrora desprezadas para pensar a história” (Bruce, Falcão, Didier, 2001).

É a partir destas contribuições que a chamada Nova História passa a se preocupar com a constituição de uma nova metodologia de ensino, a qual deveria possibilitar a criatividade e participação dos alunos em sala de aula. As antigas metodologias passam a ser questionadas e criticadas. Busca-se fazer utilização de recursos audiovisuais objetivando motivar a aprendizagem dos alunos.

De acordo com Caimi (2006), atualmente

“as orientações teórico-metodológicas presentes na produção do conhecimento histórico fundamentam-se nestes dois modelos, que mantêm uma relação de semelhança e complementaridade entre si: uma certa vertente do marxismo e o movimento dos Annales”.

Desse modo busca-se demonstrar, na prática do ensino de história, a necessidade de se construir um conhecimento histórico reflexivo e posturas investigativas diante das experiências vividas no presente ou no passado, objetivando instrumentalizar os alunos para uma leitura crítica da realidade e proporcionando aos mesmos conhecer os procedimentos da pesquisa histórica, experiências pedagógicas que postulam a construção autônoma do conhecimento pelo aluno propiciaram a configuração desta concepção de ensino.

Diante do que foi exposto acima, constatamos que desde o seu surgimento como uma disciplina autônoma no Brasil a História é marcada pela influência de concepções historiográficas estrangeiras, as quais são adaptadas às transformações que se processam nos âmbitos políticos, sociais, econômicos e culturais, como formas de ver e dizer a identidade nacional. Assim, o saber histórico vai se modificando e, ao mesmo tempo, proporcionando mudanças na forma de se ensinar a História.

A opção pela história sociocultural que prevalece na nossa contemporaneidade, por exemplo, dá-se pela substituição da compreensão de uma “história da civilização” fundamentada numa ótica eurocêntrica, por uma “História da cultura” que se fundamenta em conceitos como: cultura, trabalho, organização social, relações de poder e representações, redefinindo, assim, conteúdos e métodos para a produção do conhecimento histórico e para o ensino de História.

REFERÊNCIAS:

- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Conteúdos e Métodos do Ensino de História. In: **Ensino de história: fundamentos e métodos**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008, PP. 57-96.
- CAIMI, Flávia Heloísa. A base teórica: a relação entre paradigmas da História e metodologia de ensino. In: **Conversas e controvérsias: o ensino de história no Brasil**. (1980-1998). Passo Fundo: UPF, 2001, pp. 27-44.
- FAUSTINO, Rosângela Célia; GASPARIN, João Luiz. A influência do positivismo e do historicismo na educação e no ensino de história. **Acta Scientiarum**, Maringá, 23(1):157-166, 2001.

I Encontro de iniciação à prática docente

Lowy, Michel. O positivismo ou o princípio do Barão de Munchhausen. In: **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 2003.

- REIS, José Carlos. A Escola Metódica, dita “positivista”. In. **A história entre a filosofia e a ciência**. Belo Horizonte: Autentica, 2004. pp. 15-32.

- REIS, José Carlos. O marxismo. In. **A história entre a filosofia e a ciência**. Belo Horizonte: Autentica, 2004. pp.51-66.

- SIQUEIRA, Bárbara Bezerra; SOUZA, Juliana Rodrigues de. **As transformações na historiografia e no ensino de história a partir do século XX**. Disponível em: Disponível em: http://www.anpuhpb.org/anais_xiii_eeph/textos/ST_03 - Bárbara B. Siqueira e Juliana R. de Souza TC.PDF.